

A DOCTRINA E O TREINO MILITAR NA PRIMEIRA REPÚBLICA: O EMPREGO DE FORÇAS TERRESTRES NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

THE DOCTRINE AND MILITARY TRAINING DURING THE PORTUGUESE FIRST REPUBLIC: THE LAND FORCES EMPLOYMENT IN WORLD WAR I

Cláudio Luís da Silva Ferreira

Major de Infantaria
Comando da Zona Militar dos Açores
Investigador Integrado do CISDI
Ponta Delgada, Portugal
clasf76@gmail.com

Resumo

A implantação da Primeira República em Portugal criou um ambiente de enorme instabilidade política e social, debilitando a maioria das instituições nacionais, incluindo o Exército. A República trouxe ao Exército uma das mais significativas reorganizações da sua história, provocando um impacto negativo na sua coesão e capacidade operacional, nas vésperas da participação na Primeira Guerra Mundial. A participação nesta guerra constituir-se-ia para o Exército como um enorme teste às suas componentes: física, moral e conceptual, particularmente na sua doutrina.

Concluimos que a doutrina do Corpo Expedicionário Português já integrava os ensinamentos da guerra, tendo sido aplicada nas operações realizadas na Flandres. Quanto ao treino, este foi na generalidade dos casos realizado de forma inadequada e manifestamente insuficiente.

A experiência da participação na guerra terá contribuído para a evolução doutrinária, mas o fator preponderante desta evolução foi a evolução tecnológica. A guerra foi o catalisador do desenvolvimento tecnológico, mas foi o desenvolvimento tecnológico que condicionou de forma decisiva a modificação do pensamento doutrinário.

Palavras-Chave: Primeira Guerra Mundial, Doutrina, Treino, Ofensiva, Defensiva

Como citar este artigo: Ferreira, C., 2014. A Doutrina e o Treino Militar na Primeira República: O Emprego de Forças Terrestres na Primeira Guerra Mundial. Revista De Ciências Militares, novembro de 2014 II (2), pp. 61-83.
Disponível em: <http://www.iesm.pt/cisdi/index.php/publicacoes/revista-de-ciencias-militares/edicoes>.

Abstract

The establishment of the First Republic in Portugal created an environment of a tremendous political and social instability, which weakened most national institutions, including the Army. The Republic brought to the Army one of the most significant reorganization of its history, which had a negative impact on its cohesion and operational capability, on the eve of the participation in the First World War. The participation in this war would be for the Army a huge test to its physical, moral and conceptual components, in particular his doctrine.

We conclude that the doctrine of the Portuguese Expeditionary Corps, which had already absorbed the lessons of the war, was implemented in operations carried out in Flanders. As for the training, was in most cases insufficient and grossly inadequate.

The experience of participating in the war has contributed to the doctrinal evolution, but the prevailing factor was the technological evolution. The war was the catalyst for the technological development, but it was the technological development that forced in a decisive way, the changing of the doctrinal thinking.

Keywords: First World War, Doctrine, Training, Offensive, Defensive

Introdução

Antes da Primeira Guerra Mundial (I GM), Portugal encontrava-se ameaçado no continente pela Espanha, nas colónias pela Alemanha e duplamente vulnerabilizado, porque o seu único elemento de política externa, assentava na aliança com Inglaterra, que conduzia uma política de transigência para com a Espanha e para com a Alemanha. Ao fator continental e colonial, temos de juntar o problema da legitimação nacional da República, que ainda estava por resolver e que causava uma enorme instabilidade e agitação na política interna da República (Teixeira, 2003, pp. 17, 20).

Como objetivo geral deste texto pretende-se efetuar uma análise da evolução da doutrina de emprego de forças terrestres (FT), decorrente da participação de Portugal na I GM, procurando alcançar os seguintes objetivos específicos: verificar se a doutrina era aplicada no treino e nas operações e identificar as diferenças fundamentais existentes na doutrina de emprego de FT nos períodos em análise.

Todo o estudo desenvolve-se em torno do conceito “doutrina”, tornando-se imperativo defini-lo à partida e descrever as dimensões e indicadores que vão ser tidos em consideração para a sua análise.

Paul Latawski (2011, p. 3) afirma que a temática da doutrina militar não tem recebido a atenção devida, dada a importância que representa. É a doutrina que determina a forma como as forças militares pensam, que experiências possuem, como combatem, como treinam, como se adaptam às mudanças operacionais e como olham para o futuro.

O conceito foi pela primeira vez abordado após a I GM, pelo estratega naval britânico Sir Julian Corbett, que se referiu à doutrina militar como “*the soul of warfare*”. Para Sloan

(2012, p. 243) esta afirmação revela o que é a doutrina, mas esconde muito sobre o conceito. Não explica como a doutrina militar é formulada, usada ou disseminada. Para melhor entendermos o conceito, é necessário contextualizá-lo e defini-lo.

Quanto à contextualização, a doutrina enquadra-se na componente conceptual (que além da doutrina, inclui os princípios da guerra e desenvolvimento), do potencial de combate, que em conjunto com a componente física (pessoal, equipamento, logística, treino e prontidão) e a componente moral (motivação, liderança e gestão) garantem ao Exército a capacidade para cumprir qualquer missão, uma vez que o potencial de combate pode ser aplicado em todo o espectro do conflito (Exército Português, 2012, pp. 2 e 22).

A doutrina nacional entende-a como o “... conjunto de princípios e regras que visam orientar as ações das forças e elementos militares, no cumprimento da missão operacional do Exército, na prossecução dos objetivos nacionais. Têm um caráter imperativo mas exigem julgamento na sua aplicação” (Exército Português, 2012, p. XIII).

Para definir as dimensões utilizadas para analisar a doutrina, adotou-se a visão preconizada no modelo para o estudo da História Militar do General Loureiro dos Santos, que apresenta quatro domínios da arte militar: a política, a técnica, a doutrina e a organização. No domínio da doutrina, o modelo contempla três níveis: a estratégica, a tática e a logística (Santos, 2010, p. 21). Sendo o objeto deste ensaio apenas a doutrina de emprego de forças e não a sua sustentação, serão analisadas as dimensões da doutrina ao nível estratégico e tático.

Sloan (2012, p. 244) refere que a doutrina militar é tida como a ponte entre o pensamento e a ação. Desta forma, a análise apenas da doutrina ao nível estratégico e tático seria redutora. Será assim considerado também o pensamento militar como dimensão da análise, na perspetiva de como este influenciava a forma de conduzir a guerra, e consequentemente a doutrina utilizada na aplicação do aparelho militar.

Para a dimensão *pensamento militar*, identificámos em cada um dos períodos, qual a principal ameaça a Portugal que orientava o seu pensamento sobre a forma de fazer a guerra e quais as principais influências por detrás do pensamento militar português, no que diz respeito ao emprego de forças em operações.

Relativamente à dimensão doutrina ao nível estratégico, ao extrapolarmos o conceito para a época em estudo, verificámos que ainda não existia uma clara distinção entre a estratégia total, gerais e particulares.

Até depois da I GM, a estratégia era simplesmente a estratégia militar. Era esta que definia os objetivos a serem atingidos. Este conceito estava subordinado às ideologias dos principais generais prussianos, como von Moltke, para quem a estratégia era a adaptação prática dos meios dos generais, para alcançar os fins da guerra. A I GM trouxe características de uma guerra de cariz global, que obrigou a que o conceito de estratégia tivesse de evoluir (Arrifes, 2004, p. 37), mas durante o período em estudo, a estratégia é tão-somente a estratégia militar relativa ao emprego de forças no campo de batalha.

A estratégia militar relacionava-se com utilização da força militar no Teatro de Operações, visando os objetivos definidos pela política, sendo estritamente operativa, ou representava uma noção restrita e pura de estratégia operacional da atividade militar na Guerra (Duarte,

2009, pp. 182-183), contrariamente ao conceito atual, em que a estratégia militar, relativamente ao desenvolvimento e aplicação da força (âmbito deste ensaio), é entendida nas vertentes genética, estrutural e operacional.

Por conseguinte, analisaremos a *estratégia militar* como segunda dimensão do estudo, na sua componente operacional, verificando nos períodos em análise, qual a orientação dada à força militar terrestre, no que diz respeito ao seu emprego, em termos operacionais, no plano interno e no plano externo.

Sendo o objeto de estudo a *doutrina de emprego de forças terrestres*, que se relaciona diretamente com as operações militares, que segundo Colin Gray (2005, p. 113) cobre os aspetos relativos ao desempenho militar no campo de batalha contra um inimigo, a última dimensão em análise, a *doutrina do nível tático*, será o principal foco do presente texto e será analisada em duas subdimensões, a *ofensiva* e a *defensiva*. Cada uma destas subdimensões será comparada nos períodos em análise, nos seus principais indicadores¹, as *fases das operações* e as *formas de manobra* adotadas. Será dado particular enfoco à infantaria e à artilharia, porque a maioria das operações realizadas na I GM, caracterizaram-se fundamentalmente pelo emprego deste tipo de unidades.

1. DO FINAL DA MONARQUIA À PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

A nossa Marinha e o nosso Exército, carecia de ser remodelado, para nos servirmos de uma frase popular, dos “pés à cabeça”.

Abel Botelho, 1911

Com a implantação da República veio o decreto “Reorganizando o Exército”, de 25 de maio de 1911 (Matos, 2003, p. 117), procedendo-se à reestruturação do Exército em moldes republicanos à imagem do Exército Suíço, competindo-lhe três missões fundamentais: assegurar a soberania nacional, garantir a pacificação, a ordem e paz nos territórios ultramarinos e apoiar a política externa do Estado (Lousada, 2010, p. 1).

A reorganização era extensa e pretendia alterar significativamente a filosofia basilar do Exército. A República assumiu que o Exército permanente era uma força liquidada e instituiu um de base miliciana, alicerçada no pensamento de que a defesa da pátria assentava no conceito de serviço militar geral e obrigatório, estendendo-se às diferentes atividades da nação e não apenas às Forças Armadas (Ferreira, 2007, p. 261).

Matos (2003, p. 117) refere que a reorganização foi feita “... com um programa militar, que ao menos na aparência era utópico”. Foram destruídos os mais elementares valores da instituição e com eles a capacidade operacional de um Exército, que ainda recentemente tinha dado provas da sua operacionalidade. Por um lado, consagrou-se na lei a criação de um Exército Miliciano, por outro, manteve-se um núcleo de oficiais permanentes em quem a República não confiava, o que viria a transformar uma máquina militar capaz e competente,

¹ São estes os principais indicadores descritos na doutrina da época.

numa força desfeita, onde reinava a indisciplina e a desconfiança e que se preocupava maioritariamente com problemas internos (Telo, 2013a).

a. O Pensamento Militar

Em termos de pensamento militar a Guerra da Secessão Americana tinha demonstrado que estávamos perante uma nova forma de fazer a guerra. A mobilização industrial em elevada escala, destacando-se o emprego dos caminhos-de-ferro e da metralhadora, contrastou com um deficiente emprego tático das armas, nomeadamente da infantaria. Ainda mais prenunciador do tipo de guerra que viria, foi o emprego de trincheiras nas etapas mais avançadas da Guerra da Secessão. Ainda assim, a Europa preferiu não atender a estes sinais, atribuindo estes fatores à incapacidade do soldado americano (Fernandes, 2003, p. 512), até porque poucos anos depois, a guerra Franco-Prussiana, centraria novamente a forma de fazer a guerra, na guerra de manobra e na prevalência da ofensiva sobre a defensiva.

As alterações verificadas eram evidentes. Ao nível estratégico, o desenvolvimento dos caminhos-de-ferro e do telégrafo, fizeram com que o Exército Prussiano conseguisse movimentar efetivos como nunca antes visto, fazendo com que as batalhas deixassem de ser coordenadas sob orientação de um único comandante, começando-se a dar maior importância e liberdade aos oficiais subalternos. Ao nível tático, o desenvolvimento do armamento potenciou o alargamento e profundidade das frentes, porque os exércitos começaram a ser batidos ainda antes de poderem ver o inimigo (Howard, 2002, pp. 19-20).

Entre 1900 e o início da I GM, surgem três novas preocupações que vão condicionar o pensamento militar português. A primeira, o aumento das rivalidades europeias, levavam a concluir que uma guerra na Europa era provável e era necessário pensar como Portugal se posicionaria perante esta situação.

A segunda preocupação é resultante da ameaça espanhola. Depois de perdidas as suas colónias na América, a Espanha aproxima-se da Inglaterra e da França e obtém autorização internacional para se expandir no Norte de Marrocos, que passará a ser o foco da atividade militar espanhola, que pretende também subordinar ou anexar Portugal. As instáveis e sempre preocupantes relações luso-espanholas agravaram-se com a implantação da República (Lousada, 2007a, p. 111) e a ameaça torna-se mais forte depois do regicídio de D. Carlos, quando Afonso XIII tenta obter autorização internacional em Londres para a invasão de Portugal, com o pretexto de manter a ordem (Telo, 2003, p. 355).

Em terceiro lugar, surge a preocupação com a agitação interna, que vai obrigar o Exército a intervir internamente para conter a instabilidade política e a desordem.

Assim, no indicador *ameaça*, Amaral (1907, p. 15) e Esteves (1908, p. 31), consideram Espanha como a única ameaça aos interesses nacionais, mas discordam quanto à forma de a deter. O Almirante Ferreira do Amaral considerava ser impossível sustentar uma invasão espanhola sem o apoio inglês e em caso de necessidade, a soberania devia ser garantida pela defesa da capital, assente no Campo Entrincheirado de Lisboa (CEL) (Amaral, 1907, p. 52).

Raul Esteves considerava que a ameaça espanhola tinha de ser parada se possível junto da fronteira. As forças nacionais deviam estar organizadas de forma a numa primeira fase serem

capazes de responder a qualquer surpresa, numa segunda fase, garantir um retardamento destinado a demorar a marcha e a desgastar o invasor e só numa terceira fase se deveria realizar uma defesa sólida, assente nas linhas de Torres Vedras e não no CEL (Esteves, 1908, pp. 93 e 244).

No indicador *influência*, as vitórias prussianas sobre o Império Austríaco e sobre a França, nas décadas de 1860 e 1870, marcam fortemente o pensamento militar da época. Raul Esteves é um fiel seguidor de Clausewitz, revela-se como um ofensivista puro, que acreditava que a guerra defensiva conduzia a um espírito de inferioridade moral. Para Esteves, mesmo em inferioridade numérica dever-se-ia atacar, pois só um espírito ofensivo poderia conduzir a desfechos conclusivos. A história demonstra que exércitos mais fracos, infligiram derrotas a exércitos mais fortes, graças à ofensiva, enquanto na defensiva, forças inferiores conseguiram repelir forças superiores, mas nunca obtiveram um resultado conclusivo (Esteves, 1908, p.384).

b. A Estratégia Militar

No indicador *plano interno*, o emprego do Exército é visto nos mesmos moldes do período da Monarquia. A estratégia de emprego de forças na defesa do território é reforçada na lei de 1911, continuando o CEL a ser o elemento central no plano de defesa (Telo, 2003, p. 364).

Em caso de ataque ao território nacional, a estratégia portuguesa contemplava um conjunto de forças de cobertura, que seriam realizadas pelas oito divisões que se dispunham no território continental, de forma a cobrir os principais eixos em direção à capital. Estas forças eram responsáveis por efetuar o retardamento das forças adversárias até ao CEL, que era o único local onde se oporia uma séria defesa, no sentido de ganhar tempo para receber ajuda externa, que só poderia vir de Inglaterra, mas que deixava a capital ao alcance da agora mais desenvolvida artilharia (Telo, 2003, p. 358).

No indicador *plano externo*, em 1890, Portugal conduziu uma clara viragem na sua estratégia militar para África, embora a sua presença fosse sentida em todo o território ultramarino, nomeadamente na Índia. O ultimato² lançado pela Grã-Bretanha neste ano, permitia concluir que ou se ocupava rapidamente o litoral dos territórios ultramarinos, ou o império estava perdido. Destaca-se neste período o emprego do Exército Colonial nas campanhas de pacificação em Angola e Moçambique.

c. A Doutrina do Nível Tático

A República, apesar da reorganização do Exército, manteve a doutrina da Monarquia, uma vez que desde 1908 não existia qualquer reequipamento do Exército, que justificasse alterações doutrinárias.

A doutrina do nível tático coincide com o pensamento militar de Raul Esteves. Era uma doutrina claramente voltada para a ofensiva, baseando-se no princípio, de que para se obter

² Em 11 de janeiro de 1890 a Grã-Bretanha lançou um ultimato a Portugal, exigindo a retirada dos territórios ultramarinos, fruto da tentativa de Portugal ligar Angola à contraencosta que acabou por irritar a Grã-Bretanha. As relações com a velha aliada só se voltariam a normalizar em 1899 com os tratados de Windsor (Lousada, 2007b, p. 47).

sucesso na guerra, era necessário exercer uma ação desigual sobre o inimigo, de forma a concentrar maiores efetivos num ponto decisivo, o que só era possível com operações ofensivas (Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906a, p. 186).

(1) As Operações Ofensivas

Na ofensiva as unidades dispunham as suas forças em duas linhas táticas, em que a primeira se fracionava por sua vez em dois escalões. O 1º escalão era constituído pela linha de atiradores e reservas dos batalhões em 1º escalão, pelo reconhecimento e pelas forças de preparação e execução do combate. O 2º escalão era constituído pela reserva do 1º escalão, a quem competia apoiar o 1º escalão da 1ª linha tática.

A 2ª linha tática era composta pelas reservas gerais da unidade e destinava-se a ser empregue na proteção da 1ª linha tática, ou noutras missões que surgissem no decorrer da operação (Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906a, pp. 184-185).

Relativamente ao indicador *fases da operação*, a doutrina do período em análise contemplava quatro fases. *Os Preliminares do Combate* eram a primeira fase e destinavam-se a orientar o comando, garantindo-lhe tempo e espaço para desenvolver as formações de combate (Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906a, pp. 186-187).

Na segunda fase, a do *Combate de Preparação*, os batalhões do 1º escalão adotavam a formação de combate e avançavam em direção ao inimigo, aproveitando o terreno e, abrindo fogo quando necessário, para vencer a resistência do inimigo. Neste movimento para a frente, em que executavam a marcha por lanços sucessivos, repeliam os Postos Avançados (PA) do inimigo e ocupava-os, preparando-se para os defender (Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906a, pp. 187-90).

Seguia-se o *Ataque Decisivo*. As unidades encarregues desta ação aproximavam-se do inimigo por itinerários cobertos dos fogos e das vistas, até um abrigo, o mais próximo possível da posição inimiga, aguardando aí o momento da sua entrada em ação (Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906b, pp. 145-150).

Caso o ataque não tivesse sucesso ou se o comandante decidisse abandonar a ação, dava-se a fase da *Retirada*, que podia assumir duas formas. Na Retirada Forçada, as forças faziam-no de forma organizada, apoiadas por forças à retaguarda. Na Retirada Voluntária, realizava-se após o desenvolvimento da Guarda Avançada (GA), mas antes da linha de combate estar empenhada, procurando-se através de fogos intensos não manifestar a intenção da retirada (Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906a, p. 191).

Relativamente ao indicador *formas de manobra* a doutrina tática desta época contemplava apenas duas. Um *Ataque Frontal* em linhas sucessivas ao longo da frente, que poderia ser conjugado com um ataque secundário num dos flancos, ou um *Ataque de Flanco* como ataque principal, conjugado com um ataque secundário ao longo da frente.

Se o ataque principal fosse realizado sobre a frente, onde atuavam as forças responsáveis pelo *Combate de Preparação*, as forças que executavam o ataque decisivo seguiam à sua retaguarda. Se o ataque decisivo ocorresse sob um dos flancos, este era conjugado com

o da frente, dirigindo-se sobre o objetivo com sucessivos reforços da linha de fogo até ao lançamento do assalto (Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906a, pp. 190-191).

(2) As Operações Defensivas

No indicador *fases da operação*, destacam-se cinco fases.

Na primeira fase, *Preliminares do Combate*, as forças dos Postos Avançados de Segurança (PAS), entravam em combate com o intuito de ganhar tempo, para que o comando pudesse tomar as disposições necessárias na linha defensiva principal. De seguida, os Postos Avançados de Posição (PAP) obrigavam o adversário a retardar o seu movimento e a revelar as suas intenções.

Na segunda fase, *Combate de Preparação*, os batalhões em 1º escalão da 1ª linha tática abandonavam a formação de concentração ou de marcha e ocupavam posições de espera à retaguarda dos sectores, atrás da linha principal de resistência, ocupando na frente apenas pontos de apoio e os flancos, enquanto a direção do inimigo não estivesse devidamente esclarecida. Quando esta fosse determinada ocupavam as suas posições, abrindo fogo logo que o inimigo estivesse à distância de ser alvejado, para retardar o seu movimento. Os batalhões em 2º escalão da 1ª linha tática aproximavam-se dos batalhões em 1º escalão, para os reforçar pelo fogo ou dar-lhes capacidade para desenvolver um movimento ofensivo (Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906a, pp.194-197).

Surgia de seguida a terceira fase, o *Contra Ataque*. Este era desenvolvido quando o inimigo estivesse desgastado pela preponderância dos fogos da defesa, quando se mostrasse vacilante, ou quando cessasse o fogo para se lançar ao assalto. Podia ser parcial, se desenvolvido sobre uma parte da linha da frente e por ordem de qualquer comandante de sector que dispusesse de reservas parciais, ou geral, quando realizado pela reserva geral, sob ordem do comandante da força, sendo efetuado de acordo com as regras de um ataque decisivo, ficando as forças das linhas de defesa a funcionarem como as forças do combate de preparação e a reserva, como as forças do ataque decisivo (Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906a, pp.197-198).

A quarta fase designava-se por *Retorno Ofensivo*. Caso o assaltante ocupasse a posição, obrigando a um abandono por parte das forças amigas, eram empregues as reservas e as forças menos desgastadas pelo combate, para reconquistar o terreno perdido.

A última fase designava-se por *Retirada* e era realizada para evitar o choque ou no caso das forças serem repelidas pelas forças adversárias. A retirada da infantaria era apoiada pelos fogos de artilharia (Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906b, pp. 158-161).

Relativamente ao indicador *formas de manobra*, embora os regulamentos da época não o refiram explicitamente, da análise efetuada, deduzimos que existe apenas uma, a *Defesa de Posição*. Esta era mais ou menos linear, dependendo do terreno onde se desenvolvia, mas seria sempre organizada com uma área de segurança, onde eram dispostos os PAS e os PAP, e uma área de defesa, onde se realizava a resistência principal (Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906a, p. 194).

2. O PERÍODO DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

O Exército de 1914 não é a força de cidadãos e milicianos com que a República sonhou, mas também não é o Exército disciplinado, unido e coeso que D. Carlos tinha erguido.

Telo, 2013

a. O Pensamento Militar

Portugal entendia que os conflitos entre potências continentais eram resolúveis apenas no espaço europeu mas, apesar desta visão, a partir de 1914 iniciaram-se os conflitos com a Alemanha nos territórios ultramarinos, depois de em 1881 a Alemanha ter começado a construir um verdadeiro império colonial (Arrifes, 2004, pp. 95 e 97).

No indicador *ameaça*, além da ainda presente ameaça espanhola, surge a ameaça alemã, que passa a ser oficial, em nove de março de 1916, com a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, em virtude do aprisionamento de navios alemães em portos portugueses, a pedido da Inglaterra e em nome da aliança (Martins, 1945, p. 519).

No indicador *influência*, considerámos que apesar do pensamento militar no período da I GM ser semelhante ao do período anterior, a forma como se faz a guerra está marcada pelos acontecimentos da Guerra de Trincheira que decorria no Teatro Europeu.

O pedido do governo britânico, a 10 de outubro de 1914, para que Portugal deixasse a posição de neutralidade, leva a que se desloquem a Londres uma missão de três oficiais de Estado-Maior para conferenciarem com o Estado Britânico os contornos da cooperação, resultando numa série de acontecimentos que conduziram o país à cedência de armamento a Inglaterra destinado à África do Sul e à preparação de uma Divisão Auxiliar para a eventualidade de ter de participar no Teatro Europeu (Martins, 1945, p. 518).

b. A Estratégia Militar

A reorganização de 1911 fez com que o Exército ficasse muito mais vocacionado para a defesa do território nacional, ainda que com grandes limitações, do que para uma intervenção além-fronteiras, incluindo nos territórios coloniais (Afonso & Gomes, 2003, p. 101), ainda assim, depois da declaração de guerra da Alemanha a Portugal, a estratégia militar no indicador *plano externo* compreende o emprego de forças no Teatro Europeu, solicitadas pelos ingleses e pelos franceses, ao qual Portugal acedeu com o intuito de prosseguir os objetivos nacionais de garantir a posse das colónias, criar condições para afastar a ameaça espanhola e afirmar internacionalmente a jovem República. Além do Teatro Europeu, o Exército Colonial continua a ser empregue nos territórios ultramarinos, principalmente no Sul de Angola e no Norte de Moçambique, mas também em todos os restantes territórios do império.

No indicador *plano interno*, o emprego do Exército na defesa do território não sofreu qualquer alteração relativamente ao período anterior em análise.

c. A Doutrina do Nível Tático

Em 1916, o CEP, reconhecendo que a doutrina em vigor não seria adequada à guerra que se desenrolava na Europa, publicou um manual direcionado para este tipo de conflito, que era resultante de três importantes fatores: a contínua proximidade das forças adversárias; o tempo durante o qual as forças ocupavam, em geral, o mesmo terreno; a execução forçada de ataques frontais, enquanto os dois beligerantes permaneciam na defensiva (CEP, 1916, p. 3).

Estes fatores fazem com que as primitivas trincheiras da doutrina tática do período da Monarquia se transformem num complicado sistema de entrincheiramento, cujo traçado e organização são fortemente influenciados pela natureza da artilharia adversária.

Nesta guerra estática, a artilharia conseguia manter um fogo vivo em todas as ações da infantaria, o que seria impossível numa guerra de movimento, por causa das dificuldades de remuniamento. Consequentemente, a artilharia adquire a capacidade de rapidamente executar uma barragem em frente a qualquer ataque, o que leva a que os ataques tenham de ser executados de surpresa logo, as trincheiras de onde estes partem, não podem estar a grandes distâncias das do inimigo. A forma das fortificações de campanha da I GM é uma consequência dos meios empregues (CEP, 1916, pp. 3-5).

(1) As Operações Ofensivas

No indicador *fases da operação*, a doutrina do CEP contemplava três fases.

A *Preparação para o Ataque* iniciava-se várias semanas antes do mesmo e implicava a execução de reconhecimentos ao sistema de trincheiras do inimigo, através de uma constante observação e emprego de patrulhas de reconhecimento. O esquema defensivo do inimigo também era estudado através da observação de fotografias aéreas tiradas a partir de aeroplanos (CEP, 1916, p. 52).

Efetuosos os reconhecimentos era gizado um plano de ataque seguindo-se um período de instrução. Esta primeira fase contemplava ainda a preparação de trincheiras para o ataque, que eram iniciadas muito antes do dia do ataque, para que não se revelasse as intenções ao adversário (CEP, 1916, p. 53).

Na segunda fase era realizado um intenso *Bombardeamento Preliminar* de artilharia, no sentido de destruir as defesas do inimigo, principalmente os pontos de apoio e metralhadoras, acompanhado por fogos de morteiros, dos granadeiros e da infantaria, para evitar a reconstituição da defesa do inimigo (CEP, 1916, pp. 55-56).

Na terceira fase dava-se o *Assalto*. A artilharia alongava o tiro de forma a barrar os possíveis reforços do inimigo. As tropas do assalto, constituíam vagas lineares sucessivas, distanciadas entre si de cerca de 45 metros, com os homens separados por dois metros. O número de vagas dependia dos objetivos a atingir, a infantaria marchava em direção à trincheira inimiga em passo moderado e ordenado, de forma a manter-se a linha do ataque (CEP, 1916, pp. 56-57).

Relativamente ao indicador *formas de manobra*, da descrição anteriormente efetuada, deduzimos claramente que apenas estava prevista uma forma de manobra para as operações ofensivas, o *Ataque Frontal*. Este era executado por forças de infantaria, apoiadas por fogos de artilharia e metralhadoras.

(2) As Operações Defensivas

Relativamente ao indicador *fases da operação*, o manual doutrinário do CEP descreve-as suficientemente bem, para inferirmos que as operações se desenrolavam em três fases.

A primeira consistia na *Evacuação Temporária e Parcial da Linha Avançada*, uma vez que um ataque de grande envergadura era normalmente precedido de grandes bombardeamentos, que podiam durar dias. A infantaria evacuava provisoriamente a linha da frente à exceção dos pontos de apoio e dos pontos fortificados.

Na segunda fase, *Defesa do Sector Defensivo*, a infantaria sustinha até ao limite os pontos de apoio na frente, mesmo com o risco de envolvimento, uma vez que estes obrigavam o inimigo a dividir as suas forças, contribuindo para o sucesso de um posterior contra ataque, uma vez que a doutrina do CEP, assume que os alemães têm como *modus operandi* o envio de um pequeno efetivo de soldados, e só no caso destes terem sucesso, é que enviam mais efetivos (CEP, 1916, p. 51).

Na terceira fase, a do *Contra Ataque*, destinava-se a repelir forças inimigas que conseguissem penetrar nas linhas amigas e era executado através de um ataque planeado pela infantaria, conjugado com fogos de artilharia (CEP, 1916, pp. 49-50).

No indicador *formas de manobra*, a doutrina do CEP contemplava apenas uma forma de defesa. Esta consistia numa *Defesa de Posição*, com a zona principal de resistência assente na linha de defesa mais avançada e as forças dispostas em profundidade (CEP, 1916, pp. 3-5).

3. A APLICAÇÃO DA DOUTRINA DURANTE A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

a. O Treino

O treino recebido em Tancos revelou-se completamente inadequado relativamente à guerra de trincheiras da Flandres, o armamento era diferente, o fardamento utilizado na guerra era outro. Em suma, o treino foi à portuguesa e a guerra à inglesa.

Lousada, 2007

A reorganização de 1911 tinha a intenção de implementar o conceito de Nação em Armas, enquadrada por oficiais milicianos e um pequeno número de profissionais. A escola de oficiais milicianos instituída pela reorganização do Exército não funcionou como previsto. A redução de oficiais do quadro foi pouco significativa e o espírito de serviço militar universal e obrigatório só começou de facto a ser cumprido depois da entrada de Portugal na I GM (Telo, 2013a). O treino serviu para legitimar a República, em vez de preparar o Exército para o seu fim específico (Martins, 1945, p. 503).

Em 1916 iniciaram-se as medidas necessárias ao estado de guerra, preparando forças para a defesa da capital. Em Tancos preparava-se uma Divisão Auxiliar, prevendo o seu emprego no interior ou no exterior do território, conforme as circunstâncias viessem a exigir (Martins, 1945, p. 519).

No que diz respeito ao treino específico do CEP, refere Lousada (2007, p. 116), “... um Corpo do Exército, constituído por 55 mil homens. Esse efetivo foi desadequadamente preparado em Tancos, porque se “apostou” nas marchas forçadas para a infantaria, extenuantes exercícios de cavalaria e preparação de tiro feito com armas jamais utilizadas na Flandres...”.

Já no teatro de operações da Flandres, as forças portuguesas receberam instrução especial dos ingleses nos campos de instrução modulares e nas próprias brigadas inglesas, onde os batalhões portugueses eram integrados. Só depois deste período de adaptação as forças portuguesas assumiram a frente. As primeiras forças portuguesas chegaram ao teatro da Flandres em oito de fevereiro, mas só em 30 de maio, é que a 1ª brigada portuguesa já instruída assumiu a frente (Martins, 1945, p. 521-522).

Também no teatro da Flandres, o decurso dos treinos não decorreu da melhor forma. As constantes mudanças de local de acantonamento durante o período de preparação, com prejuízo para a instrução e treino, as dificuldades constantes de equipamentos, a falta de instrutores e a falta de instruções claras por parte dos ingleses, que deram ordens prematuras a batalhões que ainda não estavam prontos a marcharem para as trincheiras, contribuíram para que o treino tivesse sido realizado de forma atabalhoada e pouco consistente (Monteiro, 1918, p. IV).

A organização do CEP foi inteiramente adaptada à organização britânica, desaparecendo a unidade regimento, sendo substituída por brigadas a quatro batalhões (Martins, 1945, p. 523). As primeiras forças fundearam em Brest a 2 de fevereiro de 1917, ainda com a organização portuguesa e a 20 deste mesmo mês, a reorganização já tinha sido efetuada (Costa, 1920, p. 19).

b. As Operações de Combate

E assim, tendo o peso da ofensiva alemã de nove de abril incidido, principalmente, sobre o sector português, guarnecido por forças numericamente insuficientes e desmoralizadas por causas várias, não há que estranhar que estas cedessem.

Gomes da Costa, 1920

Ao nível tático, o CEP empregou nas operações a doutrina que lhe foi imposta pelos ingleses, que era utilizada por todos os aliados, seguindo o conceito da ordem paralela da guerra (Jomini, 2008, p. 144). O plano de defesa das divisões era extraído do plano de defesa do corpo que, por sua vez era uma tradução do plano britânico que contemplava:

Uma Primeira Linha de Defesa, a cargo das divisões, com a sua frente entre os 80 a 250 metros da “terra de ninguém”, constituída por três linhas de trincheiras: a Linha A, mais à frente, era descontínua e protegida por uma faixa tripla de arame farpado, com as filas separadas por 10 metros; a cerca de 300 a 800 metros da Linha A, ficava a Linha B, que era uma linha mais robusta e contínua, ladeada por artilharia pesada e protegida por arame farpado, com depósitos para munições, mantimentos e abrigos para os homens. Esta era a linha principal de resistência; a Linha C, 500 a 800 metros à retaguarda da B, era destinada a

receber as tropas batidas nas Linhas A e B, sendo formada por pequenas obras de construção, onde ficavam os comandantes de batalhão (Costa, 1920, pp. 63-64).

Entre 2,5 a 3 Km à retaguarda da Primeira Linha de Defesa, dispunha-se a Linha Intermédia, da responsabilidade do corpo, conhecida como Linha das Aldeias, que era composta por um misto de aldeias e ruínas, que no fundo era uma linha das reservas das divisões, onde estas deveriam manter uma das suas brigadas e onde se dispunham as metralhadoras para bater os caminhos no interior da posição (Costa, 1920, pp. 66-68).

A cerca de 6 Km da Linha A, constituída por grandes fortificações de campanha com ligações às linhas de comunicação a ocidente, surgia a Segunda Linha de Defesa (Lousada, 2007a, p. 117). Esta linha de retaguarda estava a cargo do Exército.

Nas Operações Ofensivas, a unidade base da infantaria era o pelotão, a sua formação normal para o combate era a ordem extensa em duas linhas de uma fileira, constituindo uma vaga de assalto. Cada uma destas linhas era formada por atiradores, granadeiros e metralhadoras (Costa, 1920, pp. 58-59). Lousada (2007a, p. 107) refere que, os granadeiros e as metralhadoras ligeiras deslocavam-se nos flancos e que estas vagas, normalmente esbarravam nas posições defensivas, fortemente organizadas.

A I GM, no Teatro Europeu, caracterizou-se por fogos devastadores provocados pela artilharia de tiro rápido, pelo aparecimento em larga escala das metralhadoras, do vetor aéreo e pela utilização do gás. Estas evoluções técnicas paralisaram o campo de batalha, transformando uma guerra de movimento numa guerra estática de pura atrição. Houve, no entanto, algumas tentativas para romper as linhas de trincheira e vencer a imobilidade do campo de batalha. A primeira tentativa deu-se em 1915 na frente do Ypres, com o emprego de gases por parte dos alemães contra os canadianos, o que se viria a estender a toda a frente. A segunda tentativa foi perpetrada pelos ingleses no Somme, através do emprego de Carros de Combate (CC), destinados a romper as linhas alemãs. Os CC apareceram em força em 1917 na Batalha de Cambrai, mas também foram incapazes de vencer a imobilidade da guerra, pois a artilharia minimizava o seu poder. A terceira tentativa surgiu com o aparecimento do vetor aéreo.

O passo decisivo para romper a imobilidade da guerra viria a ser a combinação de todos estes sistemas, embora esta combinação tenha aparecido numa fase muito tardia do conflito (Henriques, 2013).

4. O PERÍODO PÓS PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Decorridos 15 anos da I GM, foram introduzidas novas alterações na organização do Exército (Decreto 11:856 de 1926), no sentido de o ajustar às necessidades da guerra moderna, passando a figurar na sua organização os ensinamentos desta, não esquecendo a política externa e interna do país, principalmente a sua condição económica e financeira (Ministério da Guerra, 1926, p. 706).

Esta reforma alterou alguns aspetos do sistema miliciano de 1911, adotando um sistema misto ao estilo inglês e indo buscar pontos à nova organização do francês no que se relaciona com a organização territorial e com a doutrina. O país, que estava dividido em oito

circunscrições de divisão, passou a estar organizado em quatro regiões e um governo militar (Ministério da Guerra, 1926, p. 708).

Foram igualmente criadas novas unidades e alteradas outras. Quanto à doutrina, o Decreto 11:856 refere que, comparada com a congénere de 1911, apenas apresenta alguma diferença na tecnologia e na ordem por que eram enumerados os diferentes elementos do Exército, tendo sido atendida a importância das armas para o combate (Ministério da Guerra, 1926, p. 707).

a. O Pensamento Militar

No indicador *ameaça*, o afastamento da iminência do perigo espanhol na península foi um dos principais dividendos políticos que Portugal retirou da participação na I GM (Lousada, 2007a, p. 119), mas a tensão luso-espanhola manteve-se, principalmente fruto da diferença de regimes políticos. Segundo o General Loureiro dos Santos, a ameaça espanhola é uma constante ao longo da história do país, exceto no período da formação de Portugal, até D. Dinis (Santos, 1991, pp. 67-69).

A ameaça de qualquer potência europeia aos interesses nacionais nas colónias deixou de existir, fruto dos acordos assinados no pós-guerra. Silva (1924, pp. 127-130) refere que o país devia focar-se na defesa da Metrópole, através de uma política de dissuasão contra Espanha, e na estabilização dos territórios ultramarinos.

Relativamente ao indicador *influência*, os principais contendores na I GM fizeram leituras diferenciadas da guerra. Surgiram novas correntes de pensamento militar, mais voltadas para uma perspetiva de guerra global, que viriam a ter um forte impacto na forma de fazer a guerra no período entre guerras e na Segunda Guerra Mundial (II GM). *“Clausewitz rejeitava a ideia de que há uma maneira engenhosa de desarmar e vencer o inimigo sem grande derramamento de sangue e essa é apropriadamente a tendência da Arte da Guerra. (...) Os seus ensinamentos, manejados por discípulos irrefletidos, serviram para incitar generais a procurarem a batalha a todo custo, em lugar de criarem uma oportunidade vantajosa para disputá-la (...) a arte da guerra foi reduzida, em 1914-18, a um processo de carnificina mútua”* (Liddell Hart, 1982, p. 237).

Contrariando esta ideologia *Clausewitziana*, o pensamento militar inglês passou a focar-se nos recursos e assentou na sua doutrina clássica, que desde o século XVII se baseava na trilogia entre alianças, cerco e atrição (Kennedy, 1991, pp. 11 e 29). No cerne desta ideologia estava o pensamento de Liddell Hart, que se baseava numa guerra de desgaste, através de ações periféricas das ações dos aliados, do domínio do mar e do comércio mundial, por forma a arruinar a estabilidade económica e militar do adversário (Duarte, 2009, p. 42).

Para o pensamento militar americano a questão dos recursos também era essencial, mas contrariamente ao pensamento inglês, a forma de fazer a guerra não se restringia ao desgaste do inimigo, mas sim em vencê-lo o mais rápido possível, através de uma grande concentração de poder bélico. Este poder bélico era o resultado de se dispor de mais recursos, nomeadamente tecnológicos, demográficos, militares e económicos (Duarte, 2005, p. 43).

O pensamento militar francês ficou determinadamente marcado pelo fogo. O fogo passou a ser o elemento preponderante da guerra e da sobreposição da doutrina defensiva à ofensiva. Para o Marechal Foch, a ofensiva só fazia sentido quando o terreno era favorável e existia a possibilidade de uma enorme preparação de fogos, caso contrário a defensiva deveria prevalecer sempre. É este pensamento que explica a construção da Linha *Maginot* que, para os franceses, era a única forma de travar uma ofensiva germânica, dado o seu menor poder tecnológico, industrial e demográfico (Duarte, 2005, pp. 43-44).

Não obstante, este menor poder relativo da França em relação à Alemanha foi utilizado na primeira década que se seguiu à I GM, para orientar a França para uma doutrina ofensiva, com a justificação de que, só atacando a Alemanha seria possível fazer face a um maior poderio germânico. Por outras palavras, o menor potencial relativo francês face ao alemão orientou a França para uma postura ofensiva na década de 1920 e para uma doutrina defensiva na década de 1930 (Kier, 1996, pp. 188-190).

Para os alemães, a palavra-chave do seu pensamento militar no pós-guerra era o material (*materialschaft*). Este deveria ser entendido em três vertentes: como recurso, como tecnologia e como dinâmica (o que engloba as duas anteriores e refere-se ao movimento).

Para Geyer (1996, p. 538), a Alemanha substituiu a estratégia pelo princípio tecnocrático, assente na ditadura técnica de Hindenburg e Luddendorff. As máquinas proporcionavam movimento e a tecnologia permitia velocidade e rapidez na ação. Para os alemães o pensamento militar resultante da I GM combinava velhas tradições de Moltke, tais como *Schwerpunkt* (centro de gravidade) e *Auftragstaktik* (diretiva tática) com a nova tática desenvolvida pela infantaria na I GM, *Stosstrupp tactics* (tropas de assalto/choque). Esta nova doutrina, designada por *Bewegungskrieg* (guerra como movimento) assentava numa doutrina tática de grande manobrabilidade e estreita cooperação entre todas as armas (Citino, 1999, pp. 43-45).

O pensamento militar russo assentava na guerra das massas. A massificação advém de três dimensões: a geográfica, a humana e a tecnológica, e estipula uma massificação demográfica, de meios e de movimento. A arte operacional russa assentava em forças terrestres e aéreas capazes de atingir objetivos estratégicos. Já a doutrina concretizava-se com sucessivas e interligadas operações, com vista à destruição do adversário na sua profundidade (Duarte, 2005, pp. 46-47).

Quanto a Portugal, o decreto de 1926 assume que o pensamento inglês e o francês, anteriormente descritos, são as mais fortes influências na reorganização operada no Exército Português, em termos de organização e de doutrina. Ainda assim, a reorganização de 1926 não contrariou os princípios fundamentais definidos na de 1911, fazendo apenas um ajuste no Exército, de forma a adaptá-lo às realidades económicas do país e à evolução na indústria dos armamentos (Ferreira, 2007, p. 265).

b. A Estratégia Militar

No *plano interno* são poucas as alterações efetuadas na estratégia de defesa do território nacional. A defesa da soberania nacional continuava a ser assegurada pela defesa da capital,

mas atendendo ao maior alcance das armas, o plano de defesa assentava na defesa dos portos de Lisboa e Setúbal e na defesa terrestre da capital, apoiado em ambas as margens do rio Tejo. A ideia subjacente ao facto de “os alemães acentuaram a sua preferência por novos tipos de obras de fortificação de campanha” (Beça, 1919, p. 454), fez abandonar o conceito de que a defesa deveria assentar em grandes fortificações.

No indicador *plano externo*, o emprego do Exército deixou de contemplar a presença no Teatro Europeu, mas continuava a política de afirmação ultramarina. De facto, a afirmação colonial fez parte da estratégia de Portugal não só nos anos que se seguiram à I GM, mas também no período da ditadura militar e do Estado Novo (Teixeira, 2003).

c. A Doutrina do Nível Tático

(1) As Operações Ofensivas

Na ofensiva, a combinação dos meios visava a posse do terreno que o inimigo ocupava, desorganizando o seu dispositivo, expulsando e perseguindo-o (Estado Maior do Exército, 1935, p. 83).

No indicador *fases da operação* há a considerar quatro fases. A *Marcha para a Batalha* era a primeira fase e tinha como propósito deslocar as tropas aos pontos onde tinham de ser empregues, compreendendo não só as Marchas Apeadas, como também os Transportes em caminhos-de-ferro ou por meios automóveis, assumindo neste caso a designação genérica de “Movimentos” (Estado Maior do Exército, 1935, p. 92-98).

Seguiam-se os *Preliminares da Batalha* com o objetivo de fixar o grosso das forças do inimigo. Quando o adversário se encontrava em movimento, a primeira preocupação era detê-lo e garantir a posse de uma linha, segundo a qual as forças se pudessem desenvolver. Quando o adversário se encontrava instalado, dispo de um sistema de fogos adaptado ao terreno, aumentava as precauções na aproximação, mas o atacante tinha a possibilidade de efetuar reconhecimentos das posições do inimigo e realizar metodicamente os preparativos para o ataque (Estado Maior do Exército, 1935, pp. 108-111).

O *Desenvolvimento da Batalha Ofensiva* era a terceira fase da operação que apresentava no seu desenvolvimento a forma de ataques justapostos, sucessivos ou simultâneos, com vista a conquistar o terreno onde o inimigo se encontrava, aniquilar a sua capacidade de resistência, desorganizar o seu dispositivo, expulsando e perseguindo-o.

Seguia-se a execução do ataque, em que as unidades se deslocavam por lanços até ao inimigo, lançando de seguida o assalto (Estado Maior do Exército, 1935, p. 127-131).

A *Exploração do Sucesso e Perseguição*, quarta e última fase da operação ofensiva, realizava-se com o intuito de aumentar a desorganização do inimigo e impedir a reconstituição das suas forças (Estado Maior do Exército, 1935, pp. 145-146).

Quanto às *formas de manobra*, estavam previstas duas modalidades de manobra ofensiva: a *Manobra de Rotura Frontal* e a *Manobra de Ala*.

A *Manobra de Rotura Frontal* era empregue contra um inimigo que ocupava uma frente defensiva e consistia em atuar violentamente num ponto da frente para separar as forças

em dois núcleos, atuando de frente e de flanco sobre um dos núcleos enquanto se detinha o outro, com as forças indispensáveis (Estado Maior do Exército, 1935, pp. 84-85).

A *Manobra de Ala* era executada contra os flancos do adversário, com a finalidade de tornar as suas defesas e atingir as suas comunicações vitais ou era executada nos intervalos entre forças, com a finalidade de as separar, desorganizar e ameaçar as suas retaguardas. Esta manobra era caracterizada pela combinação de duas direções de ataque, uma sobre a frente e outra sobre o flanco e agrupava-se em *Manobras Convergentes*, *Manobras Transbordantes*, *Manobras Torneantes* e *Manobras de Flanco* (Estado Maior do Exército, 1935, pp. 86-89).

(2) As Operações Defensivas

A defensiva era adotada quando existia a necessidade de reunir meios para executar operações ofensivas, sendo para tal necessário recorrer a operações defensivas em determinados pontos da frente, uma vez que estas exigiam menos meios que a ofensiva (Estado Maior do Exército, 1935, p. 151).

No indicador *fases da operação*, a doutrina não apresentava explicitamente as fases da operação, mas a descrição realizada no Regulamento de Operações leva-nos a deduzir que a concretização do plano de defesa se dividia em cinco fases.

Na primeira fase, realizavam-se os *Combates Preliminares*, na frente da zona de resistência, na zona dos PA, com o objetivo de retardar e desorganizar o inimigo (Estado Maior do Exército, 1935, p. 174).

Na segunda fase, *Combate de Preparação*, eram executados Tiros de Interdição antes do inimigo ter desenvolvido para combate, com o intuito de retardar o seu desenvolvimento, seguindo-se a *Contra Preparação*, destinada a desorganizar o dispositivo do inimigo e neutralizar os seus órgãos essenciais.

Seguia-se a fase de *Defesa do Sector*, onde as tropas se empenhavam no combate próximo na tentativa de repelir o ataque.

Na quarta fase era realizado o *Contra Ataque*, com o objetivo de recuperar o terreno perdido. Caso o inimigo tivesse êxito no seu ataque, passava-se à quinta fase, a *Retirada*, com a finalidade de reagrupar as forças à retaguarda, a uma distância que permitisse ao defensor reorganizar-se e receber reforços (Estado Maior do Exército, 1935, pp. 183-184).

Quando o objetivo da defesa era a detenção do inimigo, esta organizava-se em profundidade para permitir restabelecer a frente, logo que qualquer brecha nesta fosse aberta. Por outro lado, se o objetivo fosse apenas ganhar tempo, a resistência tinha um carácter temporário, tendo mais importância os fogos na frente do dispositivo do que o escalonamento dos meios.

No indicador *formas de manobra*, a defesa apresentava dois tipos de manobra condicionados pelo espaço existente para a sua execução: a *Manobra Defensiva Estática* (que consistia em ocupar, organizar e defender uma posição, onde se pretendia barrar por tempo indefinido uma determinada direção (Ministério da Guerra: Estado Maior do Exército, 1935, p. 154) e a *Manobra Defensiva Móvel* (onde a ocupação da posição defensiva era realizada em toda profundidade do espaço disponível (Ministério da Guerra: Estado Maior do Exército, 1935, p. 152).

Fruto dos diferentes alcances das armas, os fogos organizavam-se em três zonas: uma zona de fogos de artilharia, uma zona de fogos combinados de artilharia e infantaria e uma zona de fogos de infantaria. A zona de fogos combinados era onde se podia tirar o máximo partido das metralhadoras (Estado Maior do Exército, 1935, p. 156).

A posição era organizada em duas zonas: a zona ocupada pela infantaria (que contemplava a posição de resistência e a posição dos PA) e a zona ocupada pela artilharia. A posição de resistência era a parte essencial da posição defensiva e, a sua orla exterior constituía a Linha Principal de Resistência (Estado Maior do Exército, 1935, pp. 189-190).

A segunda forma de manobra era a *Manobra Defensiva Móvel*, que podia ser de dois tipos: Retirada e Manobra em Retirada. A Retirada consistia num movimento retrógrado involuntário, com o objetivo de subtrair forças à frente, onde a capacidade de resistência deixou de ser eficaz (Estado Maior do Exército, 1935, pp. 194-195).

A Manobra em Retirada era um movimento retrógrado, executado voluntariamente, com a finalidade de ganhar tempo, obrigando o inimigo a sucessivos desenvolvimentos, ou atraindo-o para um campo de batalha antecipadamente escolhido. Esta manobra era condicionada pelo tempo que era necessário ganhar, pelo espaço que se aceitava perder e pelos meios que se podiam empenhar (Estado Maior do Exército, 1935, p. 198).

Conclusões

O processo metodológico utilizado no presente texto permitiu-nos concluir que Espanha apresentou-se em todos os períodos em análise como a principal ameaça a Portugal, orientando de forma significativa o pensamento nacional relativo à forma de fazer a guerra; na verdade o emprego de forças militares está sempre condicionado pelas ameaças existentes. Face a esta ameaça, a organização militar do território continental, estava em todos os períodos em análise focada na defesa do território contra a ameaça espanhola, sendo a organização militar territorial a expressão deste pensamento.

Quanto à materialização da doutrina no treino, conclui-se que este não só era insuficiente, como também não era realizado de acordo com a doutrina, nomeadamente no que se refere à preparação do CEP em território nacional. Interessa perceber o porquê desta situação. A resposta reside num conjunto de fatores que, em conjunto, contribuíram para o desastre: desde logo, a transformação que a Primeira República operou no Exército afetando a sua coesão e operacionalidade; por outro lado, grande parte dos oficiais do quadro era assumidamente africanistas e opunham-se à presença no Teatro Europeu; somando o facto de que o corpo de oficiais do CEP era constituído maioritariamente por oficiais milicianos na posse de conhecimentos tecnológicos limitados. Estes fatores, aliados ao pouco tempo de existência desta doutrina, fizeram com que a mesma não tivesse sido devidamente integrada no treino.

Relativamente à aplicação da doutrina nas operações, foi evidente a subjugação do CEP à doutrina inglesa. Não obstante, era manifesta a semelhança desta doutrina com a do CEP, em virtude da doutrina do CEP ter sido criada com o objetivo de uma possível aplicação na I GM. Assim, concluímos que o CEP combateu de acordo com a sua doutrina, embora esta

fosse de certa forma desconhecida para a maioria dos seus militares. Uma grande parte dos militares do CEP só tiveram contacto com a mesma no teatro de operações, aquando da integração e treino nas unidades inglesas.

Quanto ao segundo objetivo específico do estudo, que se refere às principais alterações que a I GM provocou na doutrina de emprego de FT, infere-se que a letalidade trazida aos campos de batalha pela metralhadora obrigou a que os Exércitos se tivessem de enterrar para se proteger, o que transformou uma guerra de movimento numa guerra estática. Esta só foi desbloqueada quando se regressou novamente à guerra do movimento, através do emprego conjunto da aviação, dos CC, dos gases, da artilharia de tiro rápido e das comunicações rádio. A motorização e a tecnologia obrigaram a voltar ao conceito de guerra de movimento, que potenciada por estes novos elementos, transformou o campo de batalha, aumentando-o em profundidade e em largura.

Ao nível tático, a maior dispersão de forças, a capacidade de as movimentar de forma coordenada e em tempo real, a enorme letalidade e alcance das armas e a possibilidade de influenciar o combate na profundidade, nomeadamente com o emprego da motorização e da aviação, alterou a tática utilizada no Ataque Frontal, que passou a ser focalizada num ponto, com o objetivo de separar as forças adversárias em dois núcleos, batendo-as depois por partes, ao invés do anterior ataque, executado por lanços e ao longo de grande parte da frente. Ainda ao nível das operações ofensivas, estes elementos potenciaram o aparecimento de quatro novas variantes para o Ataque de Flanco/Ala: a Manobra Convergente, Transbordante, Torneante e de Flanco.

Na defesa, obrigou à evolução de uma defesa linear para uma defesa em profundidade e ao aparecimento da Defesa Móvel. Outra importante alteração resultante da evolução tecnológica e da motorização refere-se ao desaparecimento da cavalaria dos campos de batalha como arma de decisão, passando os combates a serem decididos por forças blindadas, acompanhadas pela infantaria e apoiadas pela aviação.

Relativamente ao objetivo geral deste estudo, concluímos que a experiência de combate na I GM marcou significativamente a doutrina de emprego de FT, mas a evolução tecnológica foi ainda mais determinante.

Os ensinamentos da Guerra da Secessão, da Guerra dos Bóeres e da Guerra Russo-Japonesa não foram devidamente assimilados pelos europeus. Esta desvalorização condicionou as escolas de guerra europeias a um ensino tático desfasado relativamente à evolução tecnológica, levando a que na I GM fossem aplicadas táticas napoleónicas, contra inimigos instalados em terreno preparado e na posse de armas de tiro rápido. Esta viria a ser a receita perfeita para o desastre. Estas táticas napoleónicas em confronto com a metralhadora obrigaram a que os Exércitos tivessem de se enterrar para se protegerem. Foi este impasse que originou o desenvolvimento de novas armas e novos métodos, no sentido de vencer a imobilidade da guerra.

Surgiram primeiro os gases, depois o CC e, por fim, o avião, mas é o emprego conjunto destes meios, aliados à metralhadora e ao emprego generalizado dos meios de comunicação, que permitiu vencer a imobilidade da I GM, direcionando o pensamento militar para os

recursos e, novamente, para a guerra de movimento.

O emprego de forças no *plano interno* continuou a residir na defesa da capital, mas a posição onde se resiste até ao limite é alargada relativamente ao período anterior à guerra. Esta alteração ficou a dever-se a dois motivos: o primeiro, relativo à experiência da participação na I GM, que mostrou que os alemães tinham particular interesse em executar fogos sobre as grandes fortificações, o que obrigou a abandonar as grandes obras do CEL; o segundo, relativo à evolução tecnológica, em que o maior alcance da artilharia obrigou a afastar da capital, as posições a ocupar na sua defesa.

Ao nível *tático*, a guerra de movimento fez regressar às formações de ordem perpendicular, utilizada no período anterior à guerra, abandonando-se a ordem linear.

A doutrina *ofensiva* do pós-guerra mostra uma total rutura com a doutrina e operações do período da guerra e uma semelhança inequívoca com o período do final da Monarquia. Nos períodos anteriores e posteriores à guerra verifica-se um claro espírito ofensivo e uma doutrina voltada para uma guerra de movimento.

A evolução verificada nas *formas de manobra* é também resultado da evolução tecnológica. O aparecimento do avião, do CC e dos transportes motorizados possibilitaram maior rapidez nos deslocamentos e maior proteção, permitindo realizar um combate mais profundo, obrigando a doutrina a evoluir para acompanhar a evolução que a técnica proporcionou.

A *defesa* sofreu também uma evolução considerável. Passou de uma defesa linear para uma defesa em profundidade, baseada no poder de fogo das armas, nomeadamente das metralhadoras e da artilharia. A defesa em profundidade foi um dos resultados visíveis na doutrina do pós-guerra, não sendo resultado direto desta, e sim consequência da evolução tecnológica a que esta obrigou. Esta evolução implicou que, na reorganização do Exército de 1926, sucedesse uma evolução doutrinária.

Estamos em crer que, mesmo que Portugal não tivesse participado na I GM, a evolução tecnológica que aí ocorreu obrigaria a que doutrina evoluísse, adaptando-se e acompanhando o desenvolvimento tecnológico. A guerra, especialmente para quem combateu na frente europeia, alterou de forma significativa a mentalidade dos militares, em especial na vertente tecnológica.

A guerra foi, sem dúvida, o catalisador do desenvolvimento tecnológico, mas foi o desenvolvimento tecnológico que obrigou de forma decisiva a modificar o pensamento doutrinário. Foi, pela força das armas, nomeadamente da metralhadora, que se rompeu com as ordens perpendiculares e oblíquas da guerra, passando esta a travar-se num modelo paralelo, que paralisou os campos de batalha da Europa durante quase quatro anos, transformando uma guerra de movimento numa guerra estática.

Mas foi também por força das armas, sobretudo quando se empregaram em conjunto diferentes armas das forças terrestres com o vetor aéreo, que se venceu a imobilidade, sobressaindo novamente o movimento ao invés da atrição e os modelos perpendiculares e oblíquos ao invés do paralelo. Este conceito embrional da I GM, que emprega em conjunto forças terrestres com o vetor aéreo, viria a desenvolver-se nas décadas seguintes, atingindo

o seu auge na II GM e mantendo-se até aos nossos dias.

Referências Bibliográficas

- Afonso, A. & Gomes, C.M., 2003. *Portugal Grande Guerra 1914-1918*. Lisboa: Diário de Notícias.
- Afonso, A. & Gomes, C.M., 2003. *Portugal na Grande Guerra 1914-1918*. Lisboa: Diário de Notícias.
- Amaral, F.d., 1907. *A defesa nacional*. Lisboa: A editora.
- Arrifes, M.F., 2004. *A Primeira Grande Guerra na África: Angola e Moçambique (1914-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos: Instituto da Defesa Nacional.
- Barrento, A., 2010. *Da Estratégia*. Parede: Tribuna da História.
- Beça, A., 1919. Lições da Grande Guerra. *Revista Militar*, agosto.
- Beça, A., 1920. *Lições da Grande Guerra II*. *Revista Militar*.
- Borges, J.V., 2003. Subsídios para o Portugal Militar: Do Armistício ao Tratado de Paz de Versalhes. In *Portugal Militar: Da Regeneração à Paz de Versalhes*. Lisboa, 2003.
- Cabral Couto, A., 1988. *Elementos de Estratégia - Apointamentos para um Curso - Volume I*. Lisboa: IAEM.
- CEP, 1916. *Notas sobre a Guerra de Trincheira*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Citino, R.M., 1999. *The Path to Blitzkrieg: Doctrine and Training in the German Army, 1920-1939*. Londres: Lynne Rienner Publishers.
- Costa, G.d., 1920. *O Corpo Expedicionário Português na Grande Guerra: A Batalha do Lys*. Porto: Renascença Portuguesa.
- Department of Defense, 2013. *Joint Publication 1-02: Dictionary of Military and Associated Terms*. Department of Defense.
- Duarte, A.P., 2005. A Visão da “Guerra Total” no Pensamento Militar. *Nação e Defesa*, outono-inverno. pp.33-50.
- Duarte, A.P., 2009. O Conceito de Estratégia no Pensamento Estratégico-Militar Português na Era da Guerra Total. *Nação e Defesa*, pp.177-90.
- Estado Maior do Exército, 1935. *Regulamento para o Serviço de Campanha: II Parte-Operações*. Lisboa: Papelaria Fernandes.
- Esteves, R.A., 1908. A Guerra Nacional. *Revista Militar*.
- Exército Português, 2012. *PDE 3-00 Operações*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Fernandes, A.H., 2003. A Gestão do Conceito de Nação em Guerra em Portugal. Do início do século à Grande Guerra. In *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Ferreira, J.J.B., 2007. As Reformas das Forças Armadas Portuguesas: Da época contemporânea até ao fim das Campanhas de África do século XX. In *Estratégia*. Lisboa. pp.239-317.

- Geyer, M., 1996. German Strategy in the Age of Machine Warfare, 1914-1945. In Paret, P. *Makers of Modern Strategy: From Machiavelli to the Nuclear Age*. Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- Gray, C.S., 2005. *Strategy for Chaos: Revolutions in Military Affairs and the Evidence of History*. Londres: Taylor & Francis e-Library.
- Henriques, A.J.G.F., 2013. *A doutrina de emprego de forças terrestres no período da I GM*. Entrevistado por Cláudio Ferreira. Mafra, 08 de dezembro de 2013.
- Howard, M., 2002. *The First World War*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- IESM, 2007. In *Metodologia da Investigação Científica*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares. p.34.
- Jomini, B.A.-H.D., 2008. *The Art of War*. Restored Edition ed. Translated by C.G. Mendell. Ontario: Legacy Books Press.
- Kennedy, P.M., 1991. *Grand Strategies in War and Peace*. Londres: New Haven : Yale University Press.
- Kier, E., 1996. Culture and French Military Doctrine Before World War II. In Katzenstein, P.J. *The culture of national security : norms and identity in world politics*. New York: Columbia University Press. pp.186-215.
- Latawski, P., 2011. *The Inherent Tensions in Military Doctrine*. Camberley: Royal Military Academy Sandhurst.
- Liddell Hart, B.H., 1982. *As grandes guerras da história*. São Paulo: IBRASA.
- Lousada, A.P., 2007a. *História Militar de Portugal (Apontamentos)*. Lisboa: IESM.
- Lousada, A.P., 2007b. *O Exército e a Ruptura da Ordem Política em Portugal: 1820-1974*. Lisboa: Prefácio.
- Lousada, A.P., 2010. O Exército na Transição da Monarquia para a República. In *A Força Militar no Período de Transição do Regime Político (1910)*. Lisboa, 2010. Sociedade de Geografia de Lisboa.
- Martins, F., 1935. *Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Ática.
- Martins, F., 1945. *História do Exército Português*. Lisboa: Editorial Inquérito Limitada.
- Matos, L.S.d., 2003. República: Um “corpo com alma”. In *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Ministério da Guerra, 1926. Reorganização do Exército. In *Decreto-Lei N.º 11856, de 07 de julho de 1926*. Lisboa: Diário do Governo.
- Monteiro, H.P., 1918. *Relatório sobre a situação do CEP*. Relatório de Situação. Estado-Maior do CEP.
- Oliveira, R.d., 1995. *História do Exército Português (1910-1945)*. Lisboa: Estado-Maior do

Exército.

- Santos, J.A.L.d., 1991. *Como defender Portugal*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Santos, J.A.L.d., 2010. *História concisa de como se faz uma guerra*. Lisboa: Publicações Europa América.
- Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906a. *Regulamento para o Serviço de Campanha: Segunda Parte, Instruções para a Infantaria*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1906b. *Regulamento para o Serviço de Campanha: Segunda Parte, Instruções para a Artilheria*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Silva, P.d., 1924. Política Naval Nacional. *Anais do Clube Militar Naval*.
- Sloan, G., 2012. Military doctrine, command philosophy and the generation of fighting power: genesis and theory. *International Affairs*.
- Sun Tzu, 2005. *A Arte da Guerra*. 5th ed. Queluz: Coisas de Ler.
- Teixeira, N.S., 2003. Portugal e a Grande Guerra. In *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Teixeira, N.S., 2003. Portugal e a Guerra Civil de Espanha. In Teixeira, N.S. *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Telo, A.J., 2003. Os Começos do Século. In *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa.
- Telo, A.J., 2013a. *100 Anos Grande Guerra; Portugal e a Grande Guerra: Os Condicionantes Gerais*, [Em linha]. Disponível em: <http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents/> [Consult. 12 dezembro 2013].
- Telo, A.J., 2013b. *100 Anos Grande Guerra; Portugal e a Grande Guerra: Cronologia 1914*, [Em linha]. Disponível em: <http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents/> [Consult. 10 dezembro 2013].

